PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES

CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES

TIPO

1

TARDE

CONSULTOR LEGISLATIVO

(NÍVEL SUPERIOR)

SUA PROVA E TEMPO

- Este caderno contém **80 (oitenta)** questões objetivas.
- Verifique se este material está completo e corresponde ao cargo e especialidade para o qual você se inscreveu.
- Você dispõe de **4:30hs (quatro horas e meia)** para a realização da prova, já incluído o tempo para o preenchimento do cartão de respostas.
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.

NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

INFORMAÇÕES GERAIS

- **ATENÇÃO! Confirme se o TIPO da sua prova é o mesmo no seu CARTÃO DE RESPOSTAS.**
- No cartão de respostas, confira seu nome, número de inscrição e documento de identidade.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no espaço reservado no cartão de respostas.
- O preenchimento do cartão de respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

FGV CONHECIMENTO

Conhecimentos Gerais
Língua Portuguesa

1

A escolha dos elementos de um texto é, algumas vezes, inconsciente, mas podemos ligá-la a uma série de fatores; considere, por exemplo, a composição da seguinte frase, dita por Xenofonte, historiador grego, ao receber a notícia de que seu filho tinha sido morto em batalha (séc. V):

"Eu sabia que meu filho era mortal!".

A opção correta sobre ela é que

(A) a frase mostra certo desprezo por aqueles que se dispõem a dar más notícias.
(B) a frase traz uma condenação veemente das guerras.
(C) o autor da frase tenta mostrar-se frio e indiferente.
(D) as palavras da frase mostram certa aceitação nobre diante de fatos cruéis.
(E) a linguagem popular da frase mostra a intenção de que a dor de seu autor fosse compreendida por todos.

2

A escolha de um nível de linguagem para a composição de uma frase pode ser inconsciente, mas pode ter um motivo claro.

Observe a seguinte frase:

"Aposte firme e ganhe muita grana, mas com responsabilidade!".

Nessa frase de uma empresa de apostas, a opção por uma linguagem popular se justifica pelo(a)

(A) tipo de público a ser alcançado.
(B) tema explorado ser exclusivamente popular.
(C) fato de os destinatários serem de pouca cultura.
(D) necessidade de fácil compreensão da mensagem.
(E) circunstância social do tema explorado.

3

Leia o texto a seguir, traduzido de um romance francês.

"Essa agressividade que ela desenvolveu ao longo de toda a vida, inicialmente para penetrar no território dos homens, para aí ser reconhecida em todo o seu valor, finalmente para aí confirmar o seu domínio, essa agressividade sempre pronta a reaparecer, que pode torná-la dura, cruel, implacável em sua rivalidade, ela a abandona ao entrar no laboratório, como despimos o nosso casaco."

Assinale a afirmação correta sobre sua estruturação ou significação:

(A) A linguagem empregada no texto pode ser identificada como do tipo familiar, empregada na comunicação diária.
(B) Os adjetivos "dura, cruel, implacável" mostram uma progressão crescente no sentido da intensidade.
(C) Há um erro claro com o emprego de "Essa" no início desse fragmento textual.
(D) O pronome "la" em "torná-la" se refere à agressividade do personagem central do texto.
(E) A última oração do texto pode ser substituída por um advérbio, como, por exemplo, "confortavelmente".

4

Observemos três *slogans* políticos retirados de uma campanha eleitoral francesa antiga:

(1) – Mitterand presidente.

(2) – O presidente de que precisamos: Jacques Chirac, agora!

(3) – A França precisa de um presidente: Giscard d'Estaing.

Frente aos *slogans*, assinale a afirmativa que está em ***desacordo*** com o que é expresso neles.

(A) No slogan (2), o advérbio "agora" mostra um tom persuasivo, dirigido ao eleitor.
(B) O slogan (1) mostra uma sintaxe minimalista, repousando sobre um equilíbrio rítmico na leitura.
(C) O slogan (2) foi estruturado em dois tempos.
(D) O slogan (3) se apoia numa estrutura semelhante a uma adivinhação: "quem?".
(E) Todos os slogans se apoiam numa estrutura construída com linguagem popular, como convém.

5

Todas as frases abaixo mostram um adjetivo sublinhado.

Assinale aquela em que esse adjetivo tem a função de dar mais precisão ao substantivo por ele acompanhado, é:

(A) As paredes verdes da sala traziam certa alegria ao ambiente.
(B) As boas ações nunca são esquecidas.
(C) As flores exibiam um vermelho sanguíneo.
(D) Nosso país passa por momentos difíceis.
(E) Pessoas cultas oferecem bom convívio.

6

Todas as frases a seguir mostram palavras com sentido de oposição ou desacordo.

Assinale a opção em que o termo sublinhado traz um significado ***inadequado*** ao contexto da frase.

(A) Marido e mulher mostraram alguma desavença.
(B) As várias partes do texto traziam contradições.
(C) Diante da situação, o padre mostrava certa contrariedade
(D) As cores do quadro traziam certa dissensão.
(E) Os partidos mostravam oposição ideológica.

7

Todas as frases a seguir mostram uma locução sublinhada.

Assinale aquela cuja locução ***não traz*** ideia de causa.

(A) Ele teve problemas na escola em função da separação dos pais.
(B) À força de repetir orações todas as noites, o seminarista sabia de cor os textos religiosos.
(C) Uma ação humanitária de grande alcance por iniciativa da Cruz Vermelha.
(D) À luz das novas descobertas, a arqueologia deve conseguir muitos avanços.
(E) Por meio do estudo as pessoas aumentam seus conhecimentos.

8

Entre as frases a seguir aquela que expressa uma dúvida é:

(A) Eu não duvido que houve corrupção na Copa.
(B) Eu não nego que ele foi lá com ela.
(C) É claro que a tropa marchará no Dia da Pátria.
(D) É bem possível que ele venha.
(E) Um grupo se reunirá amanhã à tarde.

Raciocínio Lógico e Matemático

9

João recebeu um lote de 132 processos para triagem inicial. Para repartir a tarefa, ele delegou parte dos processos à sua colega Márcia. Ao final da divisão, a quantidade de processos que permaneceu sob a responsabilidade de João era 12 processos a menos que o triplo da quantidade de processos atribuídos a Márcia.

Nessas condições, o número de processos que João delegou a Márcia para análise foi de

(A) 30.
(B) 36.
(C) 40.
(D) 48.
(E) 60.

10

Uma equipe de triagem é formada por 6 servidores distintos, identificados pelas letras A, B, C, D, E e F. Para uma determinada etapa do trabalho, serão escolhidos 3 servidores para formar uma comissão. Entretanto, por exigência da organização do serviço, A e B não podem integrar simultaneamente a comissão.

Nessas condições, o número de comissões distintas que podem ser formadas é

(A) 4.
(B) 10.
(C) 16.
(D) 18.
(E) 20.

11

Durante a análise de um projeto de lei, um servidor da Assembleia Legislativa registrou as seguintes proposições:

- **P:** o projeto foi distribuído à comissão competente;
- **Q:** o parecer da comissão foi aprovado;
- **R:** o projeto foi incluído na pauta de votação.

Considere a seguinte afirmação:

***Se o projeto foi distribuído à comissão competente e o parecer da comissão foi aprovado, então o projeto foi incluído na pauta de votação*.**

Do ponto de vista da lógica proposicional, assinale a opção que apresenta uma proposição logicamente equivalente a essa afirmação.

(A) Se o projeto não foi incluído na pauta de votação, então ele não foi distribuído à comissão competente ou o parecer da comissão não foi aprovado.
(B) Se o projeto não foi incluído na pauta de votação, então ele não foi distribuído à comissão competente e o parecer da comissão não foi aprovado.
(C) Se o projeto foi incluído na pauta de votação, então ele foi distribuído à comissão competente e o parecer da comissão foi aprovado.
(D) Se o projeto não foi distribuído à comissão competente ou o parecer da comissão não foi aprovado, então o projeto não foi incluído na pauta de votação.
(E) O projeto foi distribuído à comissão competente, o parecer da comissão foi aprovado e o projeto foi incluído na pauta de votação.

12

A Assembleia Legislativa abriu um processo licitatório para a aquisição de um novo sistema de segurança e monitoramento. Duas empresas finalistas apresentaram, na data zero, propostas de pagamento distintas, considerando uma taxa de juros de mercado de 10% ao mês, sob o regime de juros compostos.

- Empresa X: Propõe um pagamento único de R$ 242.000,00 a ser realizado exatamente 2 meses depois da data zero.
- Empresa Y: Propõe um pagamento único de R$ 266.200,00 a ser realizado exatamente 3 meses depois da data zero.

Para identificar a opção economicamente mais vantajosa para a administração pública, é necessário comparar as propostas em uma mesma data.

Com base nessas informações, é correto afirmar que

(A) na data zero, a proposta X supera a proposta Y em R$ 2.000,00.
(B) na data zero, a proposta Y supera a proposta X em R$ 2.000,00.
(C) na data um, a proposta X supera a proposta Y em R$ 24.200,00.
(D) na data um, a proposta Y supera a proposta X em R$ 26.200,00.
(E) as propostas X e Y são equivalentes em qualquer data de comparação.

Regimento Interno da Câmara Municipal de Governador Valadares

13

Conforme determina o Art. 5º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Governador Valadares, abertos os trabalhos da primeira reunião preparatória, às 15 horas, para a posse dos Vereadores, o Presidente, após convidar os Vereadores e presentes a que se ponham de pé, proferirá a seguinte afirmação: "SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES E O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL, OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR COM RETIDÃO O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E PELO BEM ESTAR DO POVO VALADARENSE". Em seguida, será feita por um dos Secretários, a chamada dos Vereadores e cada um, ao ser proferido seu nome, de pé, responderá: "ASSIM O PROMETO".

Em relação à posse dos Vereadores, é correto afirmar que

(A) o compromissando poderá no ato de posse, ser representado por procurador.
(B) se investirá no mandato o Vereador que deixar de prestar o compromisso regimental.
(C) o Vereador apresentará à Mesa da Câmara, para efeito de posse e ao término do mandato, declaração de bens, observado o disposto no parágrafo único do art. 258 da Constituição do Estado.
(D) salvo motivo de força maior ou enfermidade devidamente comprovada, a posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da primeira reunião preparatória.
(E) não se considera renúncia tácita o não comparecimento ou falta de manifestação do interessado.

14

O Art. 9º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Governador Valadares estabelece que a Mesa para o primeiro período da legislatura, será eleita por 02(dois) anos, e é composta pelos Cargos de:

(A) Presidente, Vice-Presidente e Secretário.
(B) Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Secretário suplente.
(C) Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Secretário suplente e Sub-Secretário.
(D) Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Secretário suplente, Sub-Secretário e Representante dos Vereadores.
(E) Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Secretário suplente, Sub-Secretário e dois Representantes dos Vereadores.

15

Avalie, com base no Art. 103. Do Regimento Interno da Câmara Municipal de Governador Valadares, se compete ao Presidente da Câmara, além de outras atribuições:

I. Abrir, presidir e encerrar as reuniões da Câmara.
II. Receber as correspondências destinadas à Câmara.
III. Anunciar o número de Vereadores presentes à reunião
IV. Organizar e anunciar a pauta da ordem do dia.

Estão corretas as atribuições

(A) I e II, apenas.
(B) III e IV, apenas.
(C) I, II e III, apenas.
(D) II, III e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

16

Em relação às Comissão da Câmara de Vereadores, assinale afirmativa ***incorreta***.

(A) As Comissões da Câmara Municipal podem ser permanentes ou temporárias.
(B) Os membros das Comissões são designados pelo Presidente da Câmara, por indicação dos líderes das bancadas ou dos blocos parlamentares.
(C) O número de suplentes nas Comissões é maior do que o de efetivos.
(D) O membro efetivo será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo suplente.
(E) Na constituição das comissões é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional das Bancadas ou dos Blocos Parlamentares.

17

Com base no Regimento Interno da Câmara Municipal de Governador Valadares, as Comissões Permanentes são as seguintes:

(A) Constituição, Justiça e Redação; Direitos Humanos e Defesa do Consumidor; Fiscalização Financeira e Orçamentária.
(B) Direitos Humanos e Defesa do Consumidor; Fiscalização Financeira e Orçamentária; Transportes e Infraestrutura.
(C) Fiscalização Financeira e Orçamentária; Transportes e Infraestrutura; Esportes e Saúde do Trabalhador.
(D) Constituição, Justiça e Redação; Direitos Humanos e Defesa do Consumidor; Fiscalização Financeira e Orçamentária; Turismo e Meio Ambiente; Serviços Públicos Municipais.
(E) Constituição, Justiça e Redação; Direitos Humanos e Defesa do Consumidor; Fiscalização Financeira e Orçamentária; Serviços Públicos Municipais; Esportes e Lazer.

18

De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Governador Valadares, o instrumento regimental de formalização de matéria sujeita à apreciação da Câmara Municipal é denominado

(A) Requerimento.
(B) Proposição.
(C) Projeto.
(D) Emenda.
(E) Parecer.

19

De acordo com o Art. 138 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Governador Valadares, a reunião da Comissão é pública, podendo ser secreta quando assim o decidir o Plenário ou a própria Comissão por maioria dos seus membros.

Em relação ao tema, avalie se cada afirmativa a seguir é verdadeira (V) ou falsa (F).

( ) Os pareceres, os votos em separado, as declarações de voto e as emendas apresentadas em reunião secreta e a respectiva ata serão entregues, em envelope lacrado, à Mesa da Câmara, pelo Presidente de Comissão.

( ) Havendo divergência entre os membros das Comissões, os votos deverão ser lançados separadamente, depois de fundamentados.

( ) Ao emitir seu voto, o membro da Comissão pode oferecer, emenda, substitutivo, requerer diligência ou sugerir quaisquer outras medidas que julgar necessárias.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F – V – V.
(B) V – F – F.
(C) F – V – F.
(D) V – V – V.
(E) F – F – F.

20

O Art. 193 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Governador Valadares estabelece que a cada discussão segue-se a votação, que completa o turno regimental de tramitação.

Já o Art. 199 dispõe que são três os processos de votação, a saber: I – simbólico; II – nominal; III – por escrutínio secreto.

Em relação ao processo simbólico, avalie as afirmativas a seguir.

I. Adota-se o processo simbólico para todas as votações, salvo requerimento aprovado solicitando adoção de outro processo, ou disposição regimental em contrário.
II. O requerimento a que refere a afirmativa I será apresentado até o anúncio da fase de votação da proposição.
III. Na votação simbólica, o Presidente da Câmara solicitará aos Vereadores que ocupem seus respectivos lugares, convidando a que permaneçam assentados os que forem contrários à matéria.
IV. Proclamado o resultado de votação, é permitido ao Vereador requerer a sua verificação.

Estão corretas as afirmativas

(A) II e III, apenas.
(B) III e IV, apenas.
(C) I, II e III, apenas.
(D) I, II e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

Lei Orgânica Municipal

21

Avalie, com base na Lei Orgânica do Município de Governador Valadares, se os objetivos prioritários do Município, além daqueles previstos no Art. 166 da Constituição do Estado, incluem:

I. Proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, a justiça social e o bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, orientação sexual, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
II. Assegurar, sempre que possível, os espaços que tornem viáveis o efetivo exercício da cidadania.
III. Priorizar o atendimento das demandas sociais de educação, saúde, transporte, moradia, abastecimento e assistência social.
IV. Promover as condições necessárias para a permanência do trabalhador e do produtor rural no campo.

Estão corretos os objetivos

(A) I e II, apenas.
(B) III e IV, apenas.
(C) I, II e III, apenas.
(D) II, III e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

22

Avalie se é de competência administrativa comum do Município, da União e do Estado, observada a lei complementar federal, o exercício das seguintes medidas:

I. Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.
II. Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia dos direitos das pessoas portadoras de deficiência.
III. Preservar as florestas, a fauna, a flora e os recursos hídricos.
IV. Manter programa de educação infantil e de ensino fundamental.

Estão corretas as medidas:

(A) I e II, apenas.
(B) III e IV, apenas.
(C) I, II e III, apenas.
(D) II, III e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

23

As ações relacionadas a seguir são vedadas ao Município, ***exceto*** uma. Assinale-a.

(A) dar fé aos documentos públicos.
(B) criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
(C) subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto-falante, quer por qualquer outro meio de comunicação, propaganda polltico-partidária.
(D) outorgar isenções e anistias fiscais, ou permitir a remissão de dividas, sem lei especifica.
(E) cobrar tributos.

24

Avalie, com base na Lei Orgânica do Município de Governador Valadares, se cada afirmativa a seguir, a respeito dos Vereadores, é verdadeira (V) ou falsa (F).

( ) Os Vereadores são invioláveis no exercício do mandato e, na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.
( ) É vedado ao vereador, desde a posse, ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
( ) Perderá o mandato o Vereador que fixar residência fora dos limites do Município.
( ) Perderá o mandato o Vereador que se utilizar do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa.

As afirmativas são, respectivamente,
(A) V – V – V – V.
(B) V – V – F – V.
(C) V – F – V – F.
(D) F – V – V – F.
(E) F – F – V – V.

Conhecimentos Específicos
Orçamento e Finanças Públicas

25

Um consultor legislativo necessita verificar as metas anuais que foram estabelecidas para o município relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício presente e os dois seguintes.

O consultor legislativo deve verificar
(A) o Plano Plurianual.
(B) o Orçamento Público.
(C) a Lei Orçamentária Anual.
(D) o Anexo de Metas Fiscais, na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
(E) o Anexo de Riscos Fiscais, na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

26

Um consultor legislativo observou as seguintes dotações em um município:

- destinadas a aquisição de imóveis e de bens de capital em utilização: R$ 200.000
- destinadas ao aumento do capital de empresas investidas do município, que visam a objetivos comerciais: R$ 300.000
- destinadas à manutenção de serviços anteriormente criados, para o atendimento a obras de conservação: RS 400.000.

Ao classificar as despesas de acordo com a Lei 4320/64, o consultor legislativo constatou que o seguinte montante corresponde a despesas correntes:
(A) R$ 400.000.
(B) R$ 500.000.
(C) R$ 600.000.
(D) R$ 700.000.
(E) R$ 900.000.

27

De acordo com a Constituição Federal, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Com relação aos objetivos que servem como base ao Poder Público na organização da seguridade social, analise as afirmativas a seguir:

I. irredutibilidade do valor dos benefícios.
II. equidade na forma de participação no custeio.
II. uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

De acordo com a Constituição Federal, compete ao Poder Público organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:
(A) I, somente.
(B) I e II, somente.
(C) I e III, somente.
(D) II e III, somente.
(E) I, II e III.

28

De acordo com a Constituição Federal, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado será permitida, conforme definido em lei, quando necessária

(A) à otimização da tomada de decisões ou à efetiva prestação de contas.
(B) aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.
(C) ao equilíbrio das contas públicas ou ao reconhecimento de superávit orçamentário.
(D) à regulação das atividades pelo Estado ou ao controle das atividades prestadas.
(E) ao aumento da oferta de empregos ou à maximização da remuneração média dos cidadãos.

29

Uma escola municipal possui 380 alunos e 60 funcionários.

Em junho de 2026, a escola adquiriu, por R$ 400.000, o imóvel ao lado de seu prédio principal e construiu um refeitório para atender aos funcionários e seus familiares por um valor subsidiado. Foi definido, posteriormente, que o refeitório iria atender, também, à população em geral, pelo valor de mercado da refeição. Foi estimado que 40% das refeições seriam oferecidas aos funcionários e seus familiares e o restante à população.

Ao analisar a aquisição, um consultor legislativo pôde constatar que o imóvel é classificado do seguinte modo no Balanço Patrimonial da escola:

(A) Ativo Realizável a Longo Prazo: R$ 400.000.
(B) Propriedade para Investimento: R$ 400.000.
(C) Ativo Imobilizado: R$ 400.000.
(D) Propriedade para Investimento: R$ 160.000 e Ativo Imobilizado: R$ 240.000.
(E) Propriedade para Investimento: R$ 240.000 e Ativo Imobilizado: R$ 160.000.

30

Em dezembro de 2025, um Município demonstrou a intenção de instalar parques infantis em dez praças públicas, a partir de janeiro de 2026. O valor a ser gasto podia ser estimado com confiabilidade, de modo que o Município reconheceu, em 31/12/2025, o montante como passivo.

Ao analisar o reconhecimento de acordo com as características qualitativas da informação, com base na NBC TSP Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, um consultor legislativo concluiu que estava

(A) correto, por ser prudente.
(B) correto, por ser tempestivo.
(C) correto, por apresentar capacidade de verificação.
(D) incorreto, por não ser comparável.
(E) incorreto, por não apresentar representação fidedigna.

31

Em 01/01/2026, uma secretaria municipal adquiriu, à vista, equipamentos de informática por R$ 50.000. Os equipamentos são depreciados de acordo com o método da linha reta e a vida útil é estimada em 5 anos. No primeiro semestre de 2026, a secretaria precisou pagar R$ 2.000 à título de manutenção dos equipamentos. Além disso, em 30/06/2026, foi reconhecida a perda por recuperabilidade dos equipamentos, de R$ 3.000.

Ao analisar a situação, e com base na terminologia de custos, um consultor legislativo constatou que o desembolso relacionado ao equipamento, no primeiro semestre de 2026, foi de

(A) R$ 50.000.
(B) R$ 52.000.
(C) R$ 55.000.
(D) R$ 57.000.
(E) R$ 60.000.

32

Dois hospitais municipais contrataram auditoria independente para realizar trabalhos de asseguração, com o objetivo de obter uma segurança independente sobre o sistema de controle interno existente. No hospital X foi realizado um trabalho de asseguração razoável, enquanto no hospital Y foi realizado um trabalho de asseguração limitada.

Com relação ao nível de segurança proporcionada pelo auditor, pode-se constar que foi

(A) maior no hospital X.
(B) maior no hospital Y.
(C) indefinida nos dois hospitais.
(D) alta e igual nos dois hospitais.
(E) baixa e igual nos dois hospitais.

Saúde Pública

33

Durante um seminário sobre a evolução das políticas públicas de saúde no Brasil, um professor destacou um modelo de atenção que ampliou a oferta de serviços médicos especializados e hospitalares, privilegiando práticas curativas e a contratação de serviços assistenciais. Nesse modelo, o acesso aos serviços de saúde estava condicionado à inserção do indivíduo em um sistema específico de proteção social, o que limitava a cobertura assistencial para parte da população.

As características descritas correspondem ao modelo:

(A) da atenção gerenciada.
(B) de vigilância em saúde.
(C) sanitarista campanhista.
(D) de atenção primária à saúde.
(E) médico-assistencial previdenciário.

34

No Sistema Único de Saúde, a organização dos serviços em níveis de atenção busca assegurar a integralidade do cuidado, de modo que cada ponto da rede desempenhe funções específicas e complementares.

Nesse sentido, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para as verdadeiras e (F) para as falsas

( ) A Atenção Primária à Saúde constitui a porta de entrada preferencial do SUS, sendo responsável pela coordenação do cuidado e pela ordenação das ações e serviços da Rede de Atenção à Saúde.
( ) A Atenção Secundária à Saúde é voltada para o atendimento especializado, oferecendo consultas com especialistas, exames diagnósticos e procedimentos ambulatoriais de média complexidade.
( ) O nível terciário caracteriza-se pela prestação de assistência de alta complexidade e elevada densidade tecnológica, sendo destinado prioritariamente ao acompanhamento longitudinal dos usuários.

As afirmativas são respectivamente:

(A) F – V – F.
(B) V – V – F.
(C) F – V – V.
(D) V – V – V.
(E) F – F – V.

35

O conceito de processo saúde-doença evoluiu para reconhecer que a saúde resulta da interação entre fatores biológicos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Nessa perspectiva, a determinação social da saúde compreende que:

(A) As condições sociais influenciam a exposição a fatores de risco e as oportunidades de alcançar melhores condições de saúde, contribuindo para a produção de iniquidades.
(B) As condições sociais exercem influência secundária sobre o processo saúde-doença, predominando os fatores biológicos na distribuição dos agravos à saúde.
(C) As condições sociais possuem menor relevância que os comportamentos individuais para explicar as diferenças no perfil de saúde das populações.
(D) As condições sociais produzem efeitos sobre a saúde apenas quando limitam o acesso aos serviços assistenciais, sem interferir diretamente no risco de adoecimento.
(E) As condições sociais atuam apenas após o surgimento da doença, influenciando o tratamento e a reabilitação, mas não o risco de adoecimento.

36

O Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) é um sistema de informação estratégico para a gestão do SUS reunindo informações sobre a estrutura da rede assistencial.

Considerando as características desse sistema, assinale a opção correta.

(A) Reúne informações sobre a capacidade operacional dos estabelecimentos de saúde, permitindo acompanhar a ocupação de leitos e o tempo de permanência hospitalar.
(B) Reúne informações sobre a produção assistencial realizada pelos estabelecimentos de saúde, subsidiando a avaliação de desempenho e o cálculo dos indicadores assistenciais.
(C) Reúne informações sobre estabelecimentos de saúde, serviços, profissionais, equipamentos e leitos, subsidiando o planejamento e a organização da rede assistencial.
(D) Reúne informações sobre a estrutura física e os recursos disponíveis nos estabelecimentos de saúde, permitindo avaliar a qualidade da assistência prestada aos usuários.
(E) Reúne informações sobre os estabelecimentos de saúde e seus recursos instalados, sendo utilizado para autorizar procedimentos e controlar o fluxo de atendimentos.

37

O Programa Nacional de Imunizações - PNI utiliza imunobiológicos com finalidades distintas para prevenir doenças ou reduzir a gravidade de agravos após determinadas exposições.

Com base nos conceitos de vacinas e soros, assinale a opção correta.

(A) As vacinas e os soros promovem imunidade ativa, pois ambos estimulam diretamente a produção de anticorpos específicos pelo próprio organismo.

(B) As vacinas conferem imunidade passiva por fornecer anticorpos prontos, enquanto os soros estimulam a produção de anticorpos pelo próprio organismo.

(C) As vacinas induzem imunidade ativa por estimular a resposta imunológica do organismo, enquanto os soros conferem imunidade passiva por fornecer anticorpos prontos.

(D) As vacinas e os soros conferem imunidade passiva, pois ambos fornecem anticorpos específicos com proteção prolongada ao organismo humano.

(E) As vacinas estimulam imunidade passiva duradoura, enquanto os soros induzem imunidade ativa por meio da memória imunológica específica.

38

A Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC) desempenha papel central na Avaliação de Tecnologias em Saúde, subsidiando o processo de incorporação, exclusão e alteração de tecnologias no âmbito do SUS.

Considerando as competências e atribuições da CONITEC previstas na legislação vigente, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para as verdadeiras e (F) para as falsas.

( ) A CONITEC deve emitir recomendações baseadas em evidências científicas, avaliação econômica e impacto orçamentário para subsidiar decisões sobre tecnologias no SUS.

( ) Compete à CONITEC incorporar tecnologias no SUS e publicar Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas, independentemente de ato do Ministério da Saúde.

( ) A CONITEC pode recomendar a incorporação de tecnologias ao SUS sem a realização de consulta pública, desde que haja consenso entre seus membros.

As afirmativas são respectivamente:

(A) F – V – F.

(B) V – V – V.

(C) F – F – F.

(D) V – F – F.

(E) F – V – V.

39

Os adicionais de insalubridade e de periculosidade possuem finalidades distintas na proteção do trabalhador, sendo disciplinados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pelas Normas Regulamentadoras.

Com base na legislação vigente, assinale a opção correta.

(A) A caracterização da insalubridade depende da remuneração recebida pelo trabalhador, enquanto a periculosidade decorre da classificação econômica da empresa contratante.

(B) O adicional de insalubridade continua devido sempre que houver histórico de exposição ocupacional, ao passo que o adicional de periculosidade cessa apenas após decisão pericial definitiva.

(C) O direito ao adicional de periculosidade decorre do tempo de exercício da atividade perigosa, enquanto a cessação da insalubridade exige alteração permanente das atribuições do trabalhador.

(D) O adicional de insalubridade somente pode ser suprimido mediante decisão judicial, enquanto o adicional de periculosidade incorpora-se definitivamente à remuneração.

(E) Tanto o adicional de insalubridade quanto o de periculosidade possuem natureza condicional, cessando quando deixam de existir as condições legais que justificam sua concessão.

40

Na investigação epidemiológica de doenças transmissíveis, a correta classificação dos casos quanto à origem da infecção e à sequência de transmissão é essencial para compreender a dinâmica de disseminação do agente etiológico e subsidiar a adoção de medidas de vigilância em saúde.

Com base nas definições adotadas pelo Ministério da Saúde, assinale a opção correta.

(A) Caso importado é aquele cuja infecção foi adquirida fora da área de residência do paciente, durante período compatível com a exposição ao agente etiológico.

(B) Caso primário corresponde ao primeiro caso identificado entre vários casos de natureza similar e epidemiologicamente relacionados.

(C) Caso índice é o caso que introduziu o agente etiológico na população, mesmo sem comprovação da cadeia de transmissão.

(D) Caso secundário é aquele cuja infecção ocorreu a partir do contato com o caso-índice ou caso primário, no curso da cadeia de transmissão.

(E) Caso autóctone é aquele cuja infecção foi adquirida fora da área onde ocorreu a investigação epidemiológica, durante período compatível com a exposição.

Educação, Cultura e Esportes

41

A respeito da prática esportiva formal e não formal e da evolução normativa do esporte no Brasil, analise as afirmativas a seguir.

I. A prática esportiva formal caracteriza-se pela submissão a normas e regras reconhecidas, podendo ocorrer também em contextos amadores ou escolares, desde que haja organização institucional e regulamento aplicável.
II. A prática esportiva não formal restringe-se a atividades recreativas e é incompatível com qualquer forma de competição.
III. A legislação esportiva brasileira contemporânea admite a compreensão do esporte tanto em formas organizadas quanto informais, sem reduzi-lo exclusivamente ao modelo competitivo profissional.

Está correto o que se afirma em:

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

42

Durante a elaboração de um programa municipal voltado ao esporte para pessoas com deficiência, um gestor buscou alinhar suas ações aos valores promovidos pelo Movimento Paralímpico Internacional. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esses valores.

(A) Excelência esportiva, respeito, amizade e superação.
(B) Coragem, determinação, inspiração e igualdade.
(C) Inclusão, competição, acessibilidade e cidadania.
(D) Participação, integração, mérito e rendimento.
(E) Saúde, desempenho, bem-estar e qualidade de vida.

43

Considerando a organização do Sistema Nacional do Esporte (Sinesp) e as disposições da Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023), assinale a alternativa correta.

(A) O Comitê Olímpico do Brasil, o Comitê Paralímpico Brasileiro e as entidades nacionais de administração do esporte escolar integram subsistemas esportivos próprios no âmbito do Sinesp.
(B) Os subsistemas esportivos privados excluem a participação de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que atuem na formação esportiva
(C) A participação dos municípios no Sistema Nacional do Esporte é facultativa, restringindo-se aos entes federativos que possuam órgão específico de gestão esportiva.
(D) A existência de subsistemas esportivos privados elimina a necessidade de planejamento e coordenação das políticas públicas de esporte pelos entes federativos.
(E) Os subsistemas esportivos privados são compostos apenas por entidades responsáveis pela organização do esporte de alto rendimento, excluindo as manifestações esportivas educacionais, de participação e de formação.

44

Com relação ao conceito de *patrimônio cultural imaterial*, analise os itens a seguir.

I. Abrange conjuntos de saberes, celebrações e modos de expressão que são transmitidos e recriados ao longo do tempo.
II. Sua preservação tem como objetivo manter as manifestações culturais inalteradas, conforme a forma originalmente registrada.
III. Seu reconhecimento considera os vínculos das práticas culturais com os grupos e os contextos humanos em que são realizadas.

É correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.
(B) I, apenas.
(C) I e II, apenas.
(D) II, apenas.
(E) I, II e III.

45

Ao longo de um semestre letivo, a escola fez contato com os adultos responsáveis por um estudante de ensino fundamental que vinha acumulando faltas injustificadas, visando entender e resolver o problema. Como segunda tentativa, a escola realizou reuniões para propor estratégias de acompanhamento da situação e registrou as medidas adotadas. No entanto, o problema das faltas persistiu.

Dada a situação, a ação correta a ser executada pela escola é

(A) encaminhar o caso diretamente ao juizado da infância e da juventude para a adoção das providências cabíveis.
(B) condicionar a permanência do estudante à assinatura de um termo de compromisso pelos responsáveis.
(C) manter o acompanhamento interno até que os responsáveis tenham a iniciativa de regularizar a situação.
(D) comunicar o caso ao Conselho Tutelar, em razão do esgotamento das medidas no âmbito escolar.
(E) encaminhar o estudante para outra modalidade de ensino, considerando a persistência das faltas.

46

Uma prefeitura elabora seu plano municipal de esportes e precisa definir quais serão os critérios para a aplicação dos recursos disponíveis. Entre as propostas apresentadas, há medidas voltadas ao esporte escolar, à formação de atletas e ao apoio a entidades desportivas.

Assinale a opção que apresenta uma medida compatível com a diretriz estabelecida pela Constituição Federal.

(A) Distribuir os recursos igualmente entre o desporto educacional e o de alto rendimento.
(B) Priorizar o desporto educacional e apoiar o de alto rendimento em situações específicas.
(C) Concentrar os recursos na formação de atletas com potencial para competições nacionais.
(D) Subordinar as associações desportivas ao controle administrativo direto do poder público.
(E) Destinar os recursos somente a programas esportivos mantidos por instituições estatais.

47

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/1996) estabelece a posição da Educação Física no currículo da Educação Básica.

É correto afirmar que a Educação Física

(A) integra a parte diversificada do currículo, conforme decisão de cada sistema de ensino.
(B) constitui atividade complementar, desenvolvida em horário distinto das demais aulas.
(C) constitui componente curricular obrigatório, integrado à proposta pedagógica da escola.
(D) integra o currículo do ensino fundamental, com oferta facultativa no ensino médio.
(E) integra o currículo como atividade formativa, com matrícula definida pela escolha do estudante.

48

Com relação à organização do Sistema Nacional de Cultura, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para as verdadeiras e (F) para as falsas.

( ) O sistema pressupõe a cooperação entre os entes federativos, com definição de responsabilidades em seus respectivos âmbitos.
( ) A participação social integra sua organização por meio de instâncias de consulta, deliberação e acompanhamento das políticas culturais.
( ) A adesão ao sistema concentra na União a formulação, a coordenação e a execução das políticas culturais dos demais entes vinculados.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V – F – F.
(B) F – V – F.
(C) F – F – V.
(D) V – V – V.
(E) V – V – F.

Direitos Humanos

49

Maria, residente no Município de Governador Valadares, pretende, nas eleições para a Câmara Municipal, candidatar-se ao cargo de Vereadora. Em assim sendo, ao consultar a legislação de regência, Maria constatou que cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara Municipal no total de até 100% do número de lugares a preencher mais um.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.504/1997, é correto afirmar que, do número de vagas resultante da regra supracitada, cada partido preencherá

(A) livremente o número de candidaturas de cada sexo, desde que haja, ao menos, uma candidatura de cada gênero.
(B) livremente o número de candidaturas de cada sexo, em respeito ao princípio da autonomia partidária.
(C) livremente o número de candidaturas de cada sexo, por não existir regramento em sentido contrário.
(D) o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.
(E) o mínimo de 50% para candidaturas do sexo feminino.

50

Nos termos da regulamentação legal, os contratos de trabalho ou de locação de serviços realizados com integrantes dos povos originários em processo de integração ou com habitantes de parques ou colônias agrícolas dependerão de prévia aprovação do órgão de proteção ao indígena, obedecendo, quando necessário, a normas próprias.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 6.001/1973, analise as afirmativas a seguir:

I. Será estimulada a realização de contratos por equipe, ou a domicílio, sob a orientação do órgão competente, de modo a favorecer a continuidade da via comunitária.
II. Em qualquer caso de prestação de serviços por indígenas não integrados, o órgão de proteção ao indígena exercerá permanente fiscalização das condições de trabalho, denunciando os abusos e providenciando a aplicação das sanções cabíveis.
III. O órgão de assistência ao indígena propiciará o acesso, aos seus quadros, de indígenas integrados, estimulando a sua especialização indigenista.

Nesse cenário, é correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) I, II e III.

51

João, Delegado de Polícia, recebeu, na unidade policial onde está lotado, três diferentes mulheres, todas vítimas de violência doméstica. De início, Maria relatou que seu marido praticou conduta que lhe causou dano emocional e diminuição da autoestima. Por sua vez, Lara afirmou que seu companheiro reteve seus documentos pessoais. Por fim, Juliana narrou que seu namorado a difamou e a injuriou.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.340/2006, é correto afirmar que Maria, Lara e Juliana sofreram, respectivamente, violência

(A) psicológica, patrimonial e psicológica.
(B) moral, patrimonial e psicológica.
(C) psicológica, patrimonial e moral.
(D) moral, psicológica e moral.
(E) moral, moral e moral.

52

Após longo período de reflexão, Mariana resolveu se filiar ao partido político *Alfa*, visando às eleições legislativas que se aproximam. Com efeito, para melhor compreender a sistemática partidária, Mariana passou a estudar a legislação que versa sobre as agremiações.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.096/1995, é correto afirmar que

(A) é livre a criação, a fusão e a extinção de partidos políticos, pessoas jurídicas de direito público, cujos programas respeitem os regramentos legais. Por sua vez, veda-se, por força de lei, a incorporação de agremiações.
(B) é livre a criação e a extinção de partidos políticos, pessoas jurídicas de direito privado, cujos programas respeitem os regramentos legais. Por sua vez, veda-se, por força de lei, a fusão e a incorporação de agremiações.
(C) é livre a criação e a extinção de partidos políticos, pessoas jurídicas de direito público, cujos programas respeitem os regramentos legais. Por sua vez, veda-se, por força de lei, a fusão e a incorporação de agremiações.
(D) é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, pessoas jurídicas de direito público, cujos programas respeitem os regramentos legais.
(E) é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, pessoas jurídicas de direito privado, cujos programas respeitem os regramentos legais.

53

Nos termos do Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Decreto nº 4.887/2003, analise as afirmativas a seguir:

I. Incidindo nos territórios ocupados por remanescentes das comunidades dos quilombos título de domínio particular não invalidado por nulidade, prescrição ou comisso, e nem tornado ineficaz por outros fundamentos, serão realizadas vistoria e avaliação do imóvel**,** objetivando a adoção dos atos necessários à sua desapropriação, quando couber.
II. Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos incidirem em terrenos de marinha, marginais de rios, ilhas e lagos, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Secretaria do Patrimônio da União tomarão as medidas cabíveis para a expedição do título.
III. Em sendo constatado que as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos incidem sobre terras de propriedade dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) encaminhará os autos para os entes responsáveis pela titulação.

Nesse cenário, é correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

54

Ao consultar a legislação de regência, Maria, pessoa idosa, maior e plenamente capaz, concluiu que o envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um verdadeiro direito social.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 10.741/2003, analise as afirmativas a seguir:

I. Entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade especial aos maiores de 65 anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas.
II. Enquanto o Estado e a família possuem o dever, os demais cidadãos têm a faculdade de prevenir a ameaça ou violação aos direitos da pessoa idosa.
III. Todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação às normas de proteção ao idoso que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 10.741/2003, é correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) I e II, apenas.

55

Em razão de questões pessoais envolvendo a sua genitora, que conta com 95 anos de idade, João, pessoa com deficiência, buscou informações detalhadas junto à legislação de regência sobre a possibilidade de vir a exercer o direito à curatela.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015, é correto afirmar que João

(A) não pode exercer o direito à curatela, salvo em caso de decisão judicial devidamente fundamentada em sentido contrário.
(B) pode exercer o direito à curatela, em caráter excepcional, comprovada a imprescindibilidade da medida.
(C) pode exercer o direito à curatela, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.
(D) pode exercer o direito à curatela, já que a legislação de regência é omissa sobre a temática.
(E) não pode exercer o direito à curatela, por conta de expressa vedação legal.

56

O propósito da Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e seu protocolo facultativo, analise as afirmativas a seguir:

I. Os Estados Partes assegurarão que as crianças com deficiência tenham o direito de expressar livremente sua opinião sobre todos os assuntos que lhes disserem respeito, tenham a sua opinião devidamente valorizada de acordo com sua idade e maturidade, em igualdade de oportunidades com as demais crianças, e recebam atendimento adequado à sua deficiência e idade, para que possam exercer tal direito.
II. Os Estados Partes tomarão todas as medidas necessárias para assegurar às crianças com deficiência o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, em igualdade de oportunidades com as demais crianças.
III. Em todas as ações relativas às crianças com deficiência, o estágio peculiar de desenvolvimento delas receberá consideração primordial.

Nesse cenário, é correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I e II, apenas.
(E) I, II e III.

Meio Ambiente e Urbanismo

57

Diante da redução da disponibilidade de água em uma bacia hidrográfica, o poder público municipal pretende instituir um programa que remunere proprietários rurais pela conservação de nascentes, pela recuperação da vegetação ciliar e pela adoção de práticas que reduzam a erosão do solo.

Para que a iniciativa seja caracterizada como pagamento por serviços ambientais, ela deve envolver a:

(A) Aquisição compulsória das propriedades localizadas nas áreas de recarga hídrica.
(B) Autorização para exploração de recursos naturais em troca do custeio de ações de fiscalização.
(C) Cobrança de multa dos proprietários que deixarem de ampliar as áreas de vegetação nativa.
(D) Remuneração vinculada à manutenção, à recuperação ou à melhoria de serviços ecossistêmicos.
(E) Substituição das obrigações ambientais dos proprietários pelo pagamento de contribuição financeira.

58

Em uma área com infraestrutura urbana, diversos terrenos permanecem sem uso há anos, apesar da demanda por moradia e serviços. O plano diretor municipal delimitou essa área para aplicação dos instrumentos destinados ao cumprimento da função social da propriedade.

Após a edição de lei municipal específica e a notificação dos proprietários, a sequência prevista no Estatuto da Cidade para os imóveis que continuarem sem aproveitamento adequado é:

(A) Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, IPTU progressivo no tempo e desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública.
(B) Cobrança do IPTU progressivo no tempo, parcelamento compulsório e desapropriação mediante pagamento prévio em dinheiro.
(C) Aplicação do direito de preempção, cobrança de contribuição de melhoria e transferência compulsória do imóvel ao Município.
(D) Instituição de operação urbana consorciada, transferência do direito de construir e desapropriação por interesse social.
(E) Desapropriação imediata, aplicação de multa urbanística e posterior cobrança do IPTU progressivo.

59

Uma cooperativa pretende desenvolver uma cadeia produtiva baseada no uso sustentável de espécies nativas, associando conhecimento tradicional, pesquisa científica, agregação de valor e repartição de benefícios com as comunidades envolvidas.

A iniciativa é compatível com a bioeconomia quando promove a:

(A) Substituição da produção local por matérias-primas importadas de menor custo.
(B) Ampliação da produção por meio da conversão de áreas naturais em áreas agrícolas.
(C) Exploração intensiva dos recursos biológicos sem considerar sua capacidade de regeneração.
(D) Utilização sustentável da biodiversidade, com geração de valor econômico e conservação ambiental.
(E) Concentração dos benefícios econômicos nos agentes responsáveis pela comercialização dos produtos.

60

Um município pretende ampliar seu sistema de esgotamento sanitário, com a construção de uma estação de tratamento e o lançamento dos efluentes tratados em rio de domínio da União. Durante o planejamento, a equipe técnica identificou a necessidade de observar as normas de referência do setor de saneamento, obter autorização para o uso do recurso hídrico e submeter o empreendimento ao licenciamento ambiental.

Nesse caso, a distribuição adequada das atribuições institucionais compreende a

(A) Atribuição ao IBAMA da regulação dos serviços de saneamento e da definição das tarifas cobradas dos usuários.
(B) Realização, pelo CONAMA, da outorga de uso dos recursos hídricos e do licenciamento de todos os sistemas municipais de saneamento.
(C) Competência da agência reguladora municipal para autorizar o uso de recursos hídricos de domínio da União e estabelecer normas ambientais nacionais.
(D) Responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente pela prestação dos serviços municipais de esgotamento sanitário e pela operação da estação de tratamento.
(E) Edição de normas de referência para a regulação do saneamento e outorga do direito de uso de recursos hídricos pela ANA, além do licenciamento do empreendimento pelo órgão ambiental competente do Sisnama.

61

Uma empresa pretende instalar um empreendimento de grande porte próximo a áreas de vegetação nativa e a comunidades que utilizam os recursos hídricos locais. Diante da possibilidade de alterações relevantes nos meios físico, biótico e socioeconômico, o órgão ambiental exigiu a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental.

Nesse processo, o RIMA deve

(A) restringir-se aos impactos negativos identificados durante a análise do empreendimento.
(B) ser elaborado pelo órgão licenciador após a aprovação do Estudo de Impacto Ambiental.
(C) substituir o estudo técnico e apresentar a decisão final sobre a concessão da licença ambiental.
(D) definir as medidas compensatórias sem considerar as alternativas tecnológicas e locacionais do empreendimento.
(E) apresentar as conclusões do EIA em linguagem acessível, permitindo a compreensão das consequências ambientais do projeto.

62

Após o rompimento de uma estrutura de armazenamento, uma indústria lançou substâncias contaminantes em um curso d'água utilizado para abastecimento público. A empresa alegou que realizava manutenção periódica da estrutura e que não houve dolo ou negligência por parte de seus funcionários.

Conforme a Política Nacional do Meio Ambiente, a obrigação da empresa pelos danos causados é a de:

(A) Recuperar o ambiente apenas quando o lançamento ultrapassar os padrões fixados pelo órgão ambiental.
(B) Reparar ou indenizar os danos ambientais, independentemente da existência de culpa.
(C) Pagar multa administrativa, ficando dispensada da recuperação do ambiente degradado.
(D) Indenizar os usuários afetados, sem obrigação de restaurar os recursos ambientais atingidos.
(E) Reparar os danos somente após a comprovação de culpa de seus responsáveis técnicos.

63

Um município pretende utilizar as informações do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no planejamento de ações de fiscalização, de recuperação de áreas degradadas e de combate ao desmatamento. Durante o levantamento, a equipe técnica constatou que muitos imóveis já estavam inscritos no sistema, mas parte dos registros ainda apresentava sobreposição de áreas, inconsistências nas informações declaradas ou não havia sido analisada pelo órgão ambiental competente.

Nesse contexto, o procedimento necessário para que o CAR cumpra efetivamente sua função é a

(A) conversão dos registros ambientais em títulos de propriedade dos imóveis rurais.
(B) emissão automática de autorização para supressão de vegetação após a inscrição.
(C) validação dos cadastros e identificação dos passivos ambientais pelos órgãos competentes.
(D) substituição das informações ambientais declaradas pelos dados constantes nos registros cartoriais.
(E) transferência da análise dos cadastros ambientais para os municípios, independentemente da legislação estadual.

64

Uma empresa de biotecnologia pretende desenvolver um produto comercial a partir de recurso genético obtido em país signatário da Convenção sobre Diversidade Biológica. Para isso, deverá observar as regras relativas ao consentimento prévio, às condições de acesso ao recurso e à repartição dos benefícios decorrentes de sua utilização.

O instrumento internacional que disciplina esses procedimentos é o

(A) Acordo de Paris.
(B) Protocolo de Nagoya.
(C) Protocolo de Montreal.
(D) Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
(E) Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação.

Processo Legislativo

65

Em observância às formalidades legais, em especial à presença da relevância e da urgência, o Presidente da República, de forma válida e regular, editou medida provisória sobre determinada temática.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a medida provisória versou sobre

(A) direitos políticos.
(B) direito eleitoral.
(C) nacionalidade.
(D) direito civil.
(E) cidadania.

66

Ao consultar o teor da Lei Complementar nº 95/1998, que versa sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, João, agente público no Município de Governador Valadares, constatou que as disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei Complementar nº 95/1998, analise as afirmativas a seguir:

I. Para a obtenção de clareza, as disposições normativas usarão as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando.
II. Para a obtenção de precisão, as disposições normativas restringirão o conteúdo de cada artigo da lei a um único assunto ou princípio.
III. Para a obtenção de ordem lógica, as disposições normativas indicarão, expressamente, o dispositivo objeto de remissão, em vez de usar as expressões 'anterior', 'seguinte' ou equivalentes.

Nesse cenário, é correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) I, II e III.

67

Tício e Mévio, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, renunciaram aos seus cargos políticos no último ano do período presidencial. Surgiram, assim, dúvidas sobre a condução do país.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir:

I. Com a vacância nos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
II. Como ocorreu a vacância nos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição direta cento e vinte dias depois de aberta a última vaga.
III. Realizada a eleição direta, os candidatos eleitos completarão o período de seus antecessores, bem como exercerão o mandato presidencial por mais quatro anos.

Nesse cenário, é correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I e II, apenas.
(E) I, II e III.

68

Encerrada a votação do projeto de lei *XYZ*, o Senado Federal, Casa onde se concluiu a votação, o encaminhou ao Presidente da República. Contudo, o Chefe do Poder Executivo, sob o fundamento de que o projeto de lei é contrário ao interesse público, vetou-o integralmente.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir:

I. O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria simples dos Deputados e Senadores.
II. Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Presidente da República.
III. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de ambas as Casas do Congresso Nacional.

Nesse cenário, é correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) I, II e III.

69

Foi apresentada, no Congresso Nacional, proposta de emenda à Constituição com a finalidade de abolir os direitos e as garantias individuais. Surgiram, assim, discussões sobre a viabilidade da referida proposta.

Nesse cenário hipotético, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que

(A) admite-se a abolição dos direitos e das garantias individuais, desde que a proposta seja discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, exigindo-se o quórum qualificado de três quintos dos parlamentares. Será necessário, também, que a proposta seja aprovada em consulta popular direta, via referendo.

(B) admite-se a abolição dos direitos e das garantias individuais, desde que a proposta seja discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, exigindo-se o quórum qualificado de dois terços dos parlamentares. Será necessário, também, que a proposta seja aprovada em consulta popular direta, via plebiscito.

(C) não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir os direitos e as garantias individuais, salvo se a proposta for aprovada em consulta popular direta, via plebiscito.

(D) não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir os direitos e as garantias individuais, salvo se a proposta for aprovada em consulta popular direta, via referendo.

(E) não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir os direitos e as garantias individuais, por expressa vedação constitucional.

70

Lucas, Deputado Federal, solicitou à sua assessoria jurídica a elaboração de parecer versando sobre a iniciativa das leis complementares e das leis ordinárias, em observância aos mandamentos constitucionais.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a iniciativa das leis complementares

(A) cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional e ao Presidente da República. Por sua vez, a iniciativa das leis ordinárias, além dos órgãos e autoridades citadas, engloba o Supremo Tribunal Federal, os Tribunais Superiores, o Procurador-Geral da República e os cidadãos, na forma e nos casos previstos no texto constitucional.

(B) cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional e ao Presidente da República. Por sua vez, a iniciativa das leis ordinárias, além dos órgãos e autoridades citadas, engloba o Supremo Tribunal Federal e os cidadãos, na forma e nos casos previstos no texto constitucional.

(C) e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos no texto constitucional.

(D) e ordinárias cabe a qualquer membro da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, ao Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos no texto constitucional.

(E) cabe a qualquer Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional e ao Presidente da República. Por sua vez, a iniciativa das leis ordinárias, além dos órgãos e autoridades citadas, engloba o Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República.

71

Com a pretensão de se candidatar ao cargo político de Vereador do Município de Governador Valadares, Lucas vêm defendendo, nas redes sociais, a criação de um Tribunal de Contas da referida municipalidade. Para ele, a Corte de Contas local seria essencial para auxiliar o Poder Legislativo na tarefa de fiscalizar o Município.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que o Tribunal de Contas Municipal

(A) poderá ser criado, desde que se demonstre, objetivamente, a complexidade das contas públicas locais.

(B) não poderá ser criado, salvo em caso de emenda à Lei Orgânica da municipalidade.

(C) poderá ser criado, prestigiando-se a atribuição fiscalizatória do Poder Legislativo local.

(D) poderá ser criado, já que não há qualquer vedação constitucional ou legal.

(E) não poderá ser criado, por conta de expressa vedação constitucional.

72

Em determinado simpósio realizado no Município de Governador Valadares, os palestrantes debateram sobre diversas temáticas, dentre as quais: i) medidas provisórias; ii) instruções normativas; iii) provimentos; iv) decretos regulamentares; v) leis delegadas; vi) portarias; vii) resoluções; e viii) decretos legislativos.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que o processo legislativo compreende, dentre outras, a elaboração de

(A) medidas provisórias, decretos regulamentares e provimentos.
(B) medidas provisórias, instruções normativas e provimentos.
(C) leis delegadas, decretos legislativos e resoluções.
(D) leis delegadas, decretos legislativos e portarias.
(E) leis delegadas, portarias e resoluções.

Administração Pública

73

A Lei nº 12.527/2011 disciplina o acesso a informações públicas previsto na Constituição Federal, estabelecendo diretrizes e instrumentos voltados à transparência e ao controle social sobre a gestão pública.

Considerando o disposto na Lei nº 12.527/2011 e sua relação com o controle social e a transparência da gestão pública, assinale a opção correta.

(A) O desenvolvimento do controle social da administração pública figura como diretriz expressa da Lei nº 12.527/2011, garantido pelo incentivo à participação popular.
(B) O controle social previsto na Lei nº 12.527/2011 restringe-se à atuação dos órgãos de controle interno, não alcançando a fiscalização exercida pelo cidadão.
(C) A criação de sítios eletrônicos para divulgação de informações coletivas é faculdade dos órgãos públicos, não instrumento de transparência ativa.
(D) O Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação dispensa a criação de Serviços de Informação ao Cidadão nos órgãos públicos.
(E) A garantia do direito de acesso à informação é condicionada à comprovação de interesse público específico pelo requerente.

74

A Lei nº 14.600/2023 estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Acerca do disposto nessa Lei, assinale a opção correta.

(A) Compete exclusivamente ao Congresso Nacional, por meio de resolução, definir o detalhamento da organização dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.
(B) A Controladoria-Geral da União não integra a relação de Ministérios estabelecida pela Lei, sendo órgão autônomo vinculado ao Congresso Nacional.
(C) O detalhamento da organização dos órgãos de que trata a Lei será definido em decretos de estrutura regimental, e não diretamente no texto da própria Lei.
(D) O Advogado-Geral da União não possui status de Ministro de Estado, ocupando cargo de natureza especial distinta.
(E) A Secretaria-Executiva é unidade comum à estrutura básica de todos os Ministérios, sem qualquer exceção.

75

A Lei nº 13.934/2019 regulamenta o contrato referido no § 8º do art. 37 da Constituição Federal, denominado "contrato de desempenho", no âmbito da administração pública federal.

Com relação ao contrato de desempenho disciplinado pela Lei nº 13.934/2019, analise as afirmativas a seguir.

I. O contrato de desempenho constitui, para o órgão ou entidade supervisora, forma de autovinculação, e, para o supervisionado, condição para a fruição de flexibilidades ou autonomias especiais.

II. A definição dos órgãos ou entidades supervisores responsáveis por analisar, aprovar e assinar o contrato de desempenho compete a lei específica, a ser editada pelo Congresso Nacional para cada órgão ou entidade supervisionada.

III. O contrato de desempenho abrange a administração pública federal direta de qualquer dos Poderes da União, bem como as autarquias e fundações públicas federais, não se estendendo às empresas públicas e às sociedades de economia mista.

Está correto o que se afirma em

(A) I, II e III.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) III, apenas.

76

A Lei nº 13.848/2019 (Lei Geral das Agências Reguladoras) disciplina a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras federais, conferindo-lhes peculiaridades em relação às demais entidades da administração indireta.

A respeito das peculiaridades das agências reguladoras estabelecidas pela Lei nº 13.848/2019, analise as afirmativas a seguir.

I. A natureza especial conferida à agência reguladora é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, sendo vedada, em qualquer hipótese, a fixação de mandato para seus dirigentes, que exercem suas funções em caráter vitalício.

II. A Lei nº 13.848/2019 ampliou de 4 (quatro) para 6 (seis) meses o prazo de impedimento, conhecido como quarentena, a que se submete o ex-dirigente de agência reguladora após o término do mandato ou seu desligamento.

III. Durante o período de impedimento correspondente à quarentena, o ex-dirigente permanece vinculado à agência reguladora, fazendo jus a remuneração compensatória equivalente à do cargo de direção que exerceu.

Está correto o que se afirma em

(A) I, II e III.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) III, apenas.

77

A Lei nº 12.813/2013 define o conceito de conflito de interesses e estabelece situações e sanções aplicáveis a agentes públicos do Poder Executivo Federal, durante e após o exercício de cargo ou emprego público.

Acerca do disposto na Lei nº 12.813/2013, assinale a opção correta.

(A) A caracterização do conflito de interesses exige a comprovação de efetivo dano ao erário, não bastando o risco de comprometimento do interesse coletivo.
(B) Divulgar informação privilegiada obtida em razão do cargo, em proveito de terceiros, não configura conflito de interesses caso o agente não obtenha vantagem financeira direta.
(C) A Lei aplica-se exclusivamente aos ocupantes de cargos de direção e assessoramento superior, não alcançando os demais agentes do Poder Executivo Federal.
(D) A demissão é a única sanção prevista pela Lei ao agente público que incorrer em conflito de interesses, sendo vedada sua cumulação com outras penalidades.
(E) Conflito de interesses é a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar de forma imprópria a função pública.

78

Um servidor público já responde por dois adiantamentos concedidos anteriormente, tendo ainda pendente a prestação de contas de um deles, quando o ordenador de despesa avalia a possibilidade de conceder-lhe novo suprimento de fundos para atender despesa urgente do órgão.

Considerando o regime de adiantamento disciplinado pela Lei nº 4.320/1964, assinale a opção correta.

(A) O adiantamento poderá ser concedido independentemente de prévio empenho na dotação orçamentária, por se tratar de despesa urgente.
(B) O adiantamento poderá ser concedido a qualquer pessoa, servidor ou não, desde que autorizado pelo ordenador de despesa.
(C) O regime de adiantamento aplica-se a quaisquer despesas, inclusive às que comportem o processo normal de aplicação.
(D) Não poderá ser concedido o novo adiantamento a esse servidor, pois a legislação veda a concessão a responsável por dois adiantamentos.
(E) A concessão de adiantamento independe da situação anterior do servidor, bastando haver disponibilidade orçamentária.

79

Determinado município pretende formalizar parcerias com organizações da sociedade civil, no âmbito do regime jurídico instituído pela Lei nº 13.019/2014, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação, conforme as peculiaridades de cada caso.

A respeito desses instrumentos, analise as afirmativas a seguir.

I. O termo de colaboração é o instrumento adequado quando o plano de trabalho for proposto pela própria administração pública, ao passo que o termo de fomento destina-se aos planos de trabalho propostos pelas organizações da sociedade civil, sendo ambos, como regra, precedidos de chamamento público.

II. O acordo de cooperação, ainda que dispense a transferência de recursos financeiros, poderá prescindir do chamamento público, exceto quando envolver comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento patrimonial, hipótese em que se exige a demonstração da inviabilidade ou inaplicabilidade da seleção competitiva.

III. O acordo de cooperação, o termo de colaboração e o termo de fomento distinguem-se exclusivamente quanto à origem da proposta do plano de trabalho, sendo indiferente, para fins de enquadramento legal, a existência ou não de transferência de recursos financeiros.

Está correto o que se afirma em

(A) I, II e III.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) III, apenas.

80

A Lei nº 14.129/2021 dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública, disciplinando a digitalização da administração pública e a prestação digital de serviços públicos.

A respeito do regime instituído pela Lei nº 14.129/2021, analise as afirmativas a seguir.

I. A prestação digital dos serviços públicos deve priorizar o atendimento presencial em detrimento do autosserviço, cabendo a este último caráter meramente subsidiário e excepcional.

II. Nos processos administrativos eletrônicos, os atos processuais deverão ser realizados, em qualquer hipótese, exclusivamente em meio eletrônico, sendo vedado ao usuário requerer procedimento diverso, ainda que em razão de indisponibilidade do meio eletrônico.

III. É assegurada aos usuários da prestação digital de serviços públicos a gratuidade no acesso às Plataformas de Governo Digital, sem prejuízo da padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e documentos congêneres.

Está correto o que se afirma em

(A) I, II e III.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) III, apenas.

Realização

